

História



DIVULGAÇÃO



Postura. Era de tal modo estreita a ligação do Estado governado por d. Pedro II (ao centro na foto, junto da princesa Isabel) com o trabalho compulsório (no desenho de Debret, vê-se uma escrava) que a monarquia caiu um ano depois da Lei Áurea

EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO

Estudo publicado em três volumes sinaliza a redescoberta do período imperial e ajuda a compreender melhor o País

LILIA MORITZ SCHWARCZ

Tudo neste mundo é moda, e pode-se dizer, sem medo de errar, que a historiografia não escapa desses ditames, mais ou menos mundanos. Um bom exemplo, que bem define o modelo nacional, é o caso do Império brasileiro, que padecia de mal contrário: permaneceu longe da predileção dos especialistas. Para muitos historiadores, ele representou a imitação de modelos que só faziam sentido alhures; para outros, uma cópia desbotada das monarquias europeias. Mesmo para aqueles que se aventuravam a romper com essa espécie de interdito, o período monárquico não passava de uma ponte, fácil de cruzar, entre o contexto colonial e a República; de preferência a de Vargas. Pesava o conservantismo de nossa independência – que resultou numa monarquia cercada de repúblicas –, ou a escandalosa marca de sermos o último país, no Ocidente, a terminar com o regime escravocrata. Não por coincidência, o Império soçobrou um ano depois da abolição, tais as amarras que uniam o Estado ao trabalho compulsório. Até mesmo na crítica de arte, o 19 brasileiro não despertava maiores paixões. Foi o modernismo paulistano – particularmente a interpretação advogada por Mário de Andrade – o responsável pela eleição do barroco como nossa arte maior, e por relegar o academicismo palaciano à qualidade de sistema importado, pois pouco vinculado à realidade local. Por extensão, surgiram interpretações aversas ao “artificialismo” do romantismo literário; grande voga em meados dos oitocentos. Tudo conectado à má sina do Império.

A realza brasileira também passou por certo crivo ideológico, que filtrou a possibilidade de pesquisas menos afeitas a uma pauta política, considerada progressista. Até metade dos anos 1980, não era sinal de bom gosto estudar reis, princesas e, ademais, uma monarquia que se pretendia popular e enraizada. O fato é que, por onde quer que se olhasse, o cenário não se mostrava promissor. Definido como conservador, o Império brasileiro parecia carecer de maior relevância na conformação da nacionalidade.

Experiências. Tal perspectiva tem passado, porém, por séria revisão nas últimas duas décadas. Mais recentemente, e como mostra José Murilo de Carvalho na apresentação aos três volumes de *O Brasil Imperial* (Civilização Brasileira, 1.381 págs., R\$ 59,90 cada livro), o interesse vem sendo despertado até por conta das efemérides: 2008, quando d. João virou (para o bem e para o mal) uma espécie de super star da história nacional, e 2009, dedicado às relações com a França, em especial durante o contexto da realza. No entanto, se na curta duração esses eventos tiveram a vantagem de despertar a curiosidade do público, é possível afirmar que revisões historiográficas só se realizam se não na longa, ao menos na média duração. E já faz algum tempo que uma série de historiadores tem se dedicado à análise dos dois Reinados brasileiros (o de Pedro I e Pedro II), assim como descobriram nas Regências uma espécie de laboratório para experiências republicanas.

Os leitores podem agora encontrar interpretações renovadas, que passaram a entender o Império não como um acidente passageiro – um intervalo entre dois momentos mais relevantes –, mas como um contexto crucial para a compreensão do próprio país. E a coletânea organizada por Keila Grinberg e Ricardo Salles é um excelente sinal dos novos ventos, assim como promete converter-se em referência. No total são

31 capítulos, escritos por pesquisadores – grandes especialistas no período –, em sua maior parte provenientes do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. O resultado é surpreendente, tal o painel que a obra propicia. Os três volumes seguem uma divisão de alguma forma tradicional e consagrada: o primeiro vai da chegada de d. João até a renúncia de d. Pedro I, em 1831; o segundo adentra os anos 1830, passa pelas regências e chega até a década de 1860, nos avatares da Guerra do Paraguai; e o terceiro fecha as cortinas, com o final do regime em 1889.

Entretanto, tal divisão mais linear é antes anunciada pelos organizadores, a cada volume, do que seguida à risca, uma vez que os diferentes ensaios dão conta de um cardápio variado. É claro que numa obra de tal envergadura sempre se pode cobrar um pouco mais. Afinal, são poucos os textos em história econômica, administrativa ou mesmo diplomática. Também os artigos sobre cultura sairiam ganhando se explorassem mais os gêneros públicos – expressos sobretudo nos jornais e periódicos, muito influentes no período –, ou a produção vigorosa da Academia de Belas Artes, durante o Segundo Reinado. Por outro lado, percebe-se um acento agudo na história política, ou mesmo no tema da escravidão; questão sem dúvida central na compreensão do Império brasileiro – a grande contradição da monarquia.

Insistir, contudo, nessa lista de assuntos, mais ou menos contemplados, significa incorrer num exercício de pequenez, já que uma empreitada desse porte sempre abre lacunas, assim como inspira iniciativas. Mais vale destacar o mapa não só multifacetado como crítico que o livro inaugura. Se há uma concentração no Rio – o grande epicen-

tro da corte –, por outro lado não faltam estudos que investem na história de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Pará, Bahia, Rio Grande do Sul e até um inesperado capítulo que trata da província de Minas Gerais; em geral esquecida, passados os anos de ouro do século 18. Há também contribuições inovadoras que perscrutam o universo das festas populares; da literatura romântica e da realista; investem na análise das exposições universais, ou invadem o campo da eficácia dos discursos intelectuais.

São tantos os aspectos abordados, que a frustração de analisar uma obra como essa é saber, logo no início do jogo, que não há como dar conta, com justiça, de toda a partida. Fiquemos, então, com o conjunto, que é de monta e galhardia. A virtude é, porém, convite à armadilha. Se os capítulos podem ser lidos como solos virtuosos, a obra se ressentente, ao fim e ao cabo, de certa orquestração comum. Quem sabe o leitor mais impertinente ainda não se dê por vencido, e se permita perguntar sobre a especificidade de um império tropical como esse, que praticamente tomou todo o longo 19 brasileiro. Dizia a *Almanak* administrativo de 1849, também citado por Ilmar Mattos nessa coletânea, que “pelo dedo se conhece o gigante”. Feitas as unhas, é hora de mostrar, igualmente, o que há dentro das mãos. Está dada a partida e o resultado positivo já se encontra garantido.

Os ensaios, assinados por especialistas, dão conta de um cardápio variado, com ênfase nos aspectos políticos

* LILIA MORITZ SCHWARCZ É PROFESSORA TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ANTRPOLOGIA DA USP E AUTORA, ENTRE OUTROS, DE *O SOL DO BRASIL: NICOLAS-ANTOINE TAUNAY E AS DESVENTURAS DOS ARTISTAS FRANCESES NA CORTE DE D. JOÃO* (COMPANHIA DAS LETRAS)